COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.964, DE 2015

Altera a Lei n.º 7.827, de 29 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Autor: Deputado Giuseppe Vecci

Relator: Deputada Simone Morgado

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.964, de 2015, do Sr. Giuseppe Vecci, altera a Lei n.º 7.827, de 29 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

A proposta tem como objetivo permitir e estimular a concessão de empréstimos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) para beneficiários, pessoas jurídicas, que explorem atividades produtivas ligadas à economia criativa, desde que atendam às seguintes condições:

I – estejam organizados como associações, sociedades (Título II do Livro I do Código Civil), cooperativas, fundações de direito privado, empresas individuais de responsabilidade limitada, ou como microempreendedor individual;

II – comprovem junto à instituição financeira capacidade financeira para viabilizarem o pagamento dos encargos com o financiamento; e

III – apresentem junto com a solicitação do financiamento projeto executivo com cronograma físico financeiro para a sua execução.

Igualmente, segundo o projeto de lei em análise, também poderão ser enquadrados entre os beneficiários dos recursos dos Fundos Constitucionais a que se refere o projeto de lei as pessoas físicas que exerçam algum tipo de atividade relacionada à economia criativa ou profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, desde que comprovem junto às instituições financeiras gestoras dos Fundos condições técnicas e financeiras para se candidatarem aos financiamentos.

Após despacho do Presidente da Câmara dos Deputados, o projeto foi distribuído para manifestação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, desta Comissão de Finanças e Tributação, quanto ao mérito e à adequação orçamentária e financeira, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, quanto à constitucionalidade.

O projeto foi aprovado sem emendas na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Aberto o prazo regimental para emendas, estas não foram apresentadas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, aprovada em 29 de maio de 1996, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.

Dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados que somente sujeitam-se ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública. Já a Norma Interna desta Comissão Temática estabelece, em seu artigo 9º, que “Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não”.

O Projeto de Lei nº 1.964, de 2015, propõe alterar a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para permitir a ampliação do rol de beneficiários que podem adquirir financiamentos com recursos oriundos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), visando o desenvolvimento econômico e social dessas regiões.

A alteração promovida pela Proposição não resulta na obrigatoriedade da contratação de novas operações de financiamento, pois as aplicações dos referidos fundos devem obedecer às diretrizes e orientações contidas na própria Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, bem como nos planos de desenvolvimento regionais.

A Proposição trata, apenas, da inclusão de outros beneficiários, candidatos a usufruírem de financiamentos dos Fundos Constitucionais. Assim, eles passarão a concorrer pela obtenção desses financiamentos, não implicando a criação de ônus financeiro adicional aos referidos Fundos.

Além disso, não se vislumbra impacto nas despesas orçamentárias que destinam dotações para os Fundos Constitucionais. Tais despesas consistem em repasses do Orçamento da União, mediante a aplicação do critério de repartição de parcela das receitas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de acordo com o disposto no art. 159, inc. I, “c”, da Constituição Federal. Os repasses orçamentários, portanto, não sofrerão qualquer alteração em decorrência da modificação dos beneficiários prevista na Proposição.

Quanto ao mérito, em consonância com o que já foi dito na análise da adequação, entendemos que a mera inclusão de novos possíveis recebedores dos recursos em questão não gera obrigação de que de fato esses recursos sejam entregues aos novos beneficiários potenciais. Tal como é

feito atualmente, os bancos administradores dos recursos do FCO, FNE e FNO irão avaliar cada projeto a eles apresentados para então decidir sobre a sua viabilidade e pertinência.

Ademais, a lei que se pretende alterar, Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, já possui quase vinte e oito anos de aplicação. Nesse sentido, deve ser destacado que o mundo mudou, e com ele a matriz econômica. Atualmente, a prestação de serviços, principalmente serviços atrelados às comunicações, está se sobressaindo frente ao fornecimento de produtos, configurando realidade impensada antes do advento da internet e da sua revolução.

Assim como os serviços digitais, a economia criativa surge ou cresce, no embalo de áreas como turismo, artesanato, moda, arquitetura, etc. Esses setores refletem a evolução de uma sociedade que não busca mais somente a satisfação das suas necessidades básicas, mas também almeja o prazer puro e simples. Com a pujança desses mercados, aumenta também a sua importância na geração de emprego e renda, o que mais que justifica a atualização da lei que se pretende alterar para permitir o financiamento dessas atividades produtivas, as quais podem favorecer sobremaneira o processo de desenvolvimento das regiões favorecidas pelos recursos do FCO, FNE e FNO.

Diante do exposto, somos pela não implicação da matéria, em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento desta Comissão de Finanças e Tributação quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.964, de 2015, conforme estabelece o art. 9º da norma interna desta Comissão. No mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.964, de 2015.

Sala da Comissão, em 11 de outubro de 2016.

Deputada Simone Morgado
Relator